

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.182 - SP (2019/0158723-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **VIACAO CAICARA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415**  
EDUARDO CASTELO BRANCO - ES012649  
LORENNAL CALDEIRA FARIZEL - ES019456  
JÚLIA AMÂNCIO MIRANDA - ES030000  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E**  
**RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE**  
**SÃO PAULO - SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO SISTEMA DE JUIZADOS**  
**ESPECIAIS DO CONSUMIDOR DE SALVADOR - BA**  
**INTERES.** : **MAIANA FERREIRA MENDES DE MELO**

**EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA EXERCER O CONTROLE DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO. PEDIDO LIMINAR DEFERIDO.

**DECISÃO**

Viação Caiçara Ltda - Em Recuperação Judicial - suscitou o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP e o Juízo de Direito da 17ª Vara do Sistema de Juizados Especiais do Consumidor de Salvador/BA.

Em suas razões, sustenta que, inicialmente, no Juízo de direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, foi deferido o processamento da recuperação judicial do Grupo Itapemirim, em 18/3/2016.

Notícia, inclusive, que, em 19/12/2016, o Juízo em que se processava sua recuperação prorrogou o prazo de suspensão das ações, previsto no § 4º do art. 6º da LREF, até a realização da Assembleia Geral de Credores, fato ainda não ocorrido. Notícia que, em 14/5/2018, o Juízo de direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES declarou-se incompetente

para apreciar o feito, razão pela qual remeteu os autos da recuperação judicial para o Juízo de Direito da 1ª Vara de de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP.

Afirma que, não obstante já devidamente informado nos autos da Processo n. 0104526-44.2016.8.05.0001, em trâmite perante o Juízo de Direito da 17ª Vara do Sistema de Juizados Especiais do Consumidor de Salvador/BA, acerca de sua recuperação judicial, verifica-se que o Juízo insiste em macular a legislação, determinando o bloqueio, via BacenJud, do valor de R\$ 10.588,02 (dez mil quinhentos e oitenta e oito reais e dois centavos) em suas contas, o que, em hipótese alguma, deve se admitir, sobretudo, pelo risco de preterição de credores e frustração do plano de restabelecimento.

Nesse contexto, ressalta encontrar-se configurado o presente conflito de competência, cabendo ao Juízo em que se processa sua recuperação judicial deliberar, com exclusão de qualquer outro, as causas de interesses e bens das empresas recuperandas.

Diante dessas considerações, pede a concessão de liminar, por se tratar de conflito positivo de competência, para que seja determinado o sobrestamento do ação executiva (Processo n. 0104526-44.2016.8.05.0001), além de ser designado o Juízo de Direito da 1ª Vara de de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes (arts. 955 do Código de Processo Civil/2015 e 196 do RI/STJ) .

Por fim, requer que se reconheça configurado o conflito de competência suscitado, declarando competente o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para tratar dos atos de expropriação, constrição ou retirada de bens e valores indisponíveis à manutenção da atividade empresarial da recuperanda suscitante.

Brevemente relatado, decido.

O quadro delineado pela suscitante justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento da medida urgente pleiteada, estando atendidos os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

De acordo com a decisão proferida pelo Juízo de Direito da 17ª Vara do Sistema de Juizados Especiais do Consumidor de Salvador/BA, o crédito discutido na ação é posterior à data do pedido e processamento da recuperação judicial da suscitante, não se submetendo, portanto, aos seus termos (e-STJ, fl. 152).

Dessa forma, considerando tratar-se de crédito extraconcursal, não há que se falar em habilitação no plano de recuperação judicial.

Entretanto, vale destacar que, a despeito de o art. 49 da Lei n. 11.101/2005 assegurar que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos" (sem grifo no original), deve ser garantido o direito de preferência do crédito nascido após o pedido de recuperação e, ao mesmo tempo, direcionar o pagamento desses créditos ao Juízo recuperacional que, ciente da não submissão dos referidos valores à recuperação judicial, deverá sopesar a essencialidade dos bens de propriedade da empresa passíveis de constrição, bem como a solidez do fluxo de caixa da empresa em recuperação.

A esse respeito, confirmam-se:

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** 1. No caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução). 2. Classificam-se como extraconcursais os créditos de obrigações que se originaram após o deferimento do processamento da recuperação, prevalecendo estes sobre os créditos concursais, de acordo com os arts. 83 e 84 da Lei nº 11.101/2005. 3. Segundo a jurisprudência desta Corte, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, a execução de créditos trabalhistas constituídos depois do pedido de recuperação judicial deve prosseguir no Juízo universal. 4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau/SC. (CC n. 145.027/SC, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 31/8/2016)

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATO EXPROPRIATÓRIO ORDENADO PELO MAGISTRADO LABORAL GENÉRICO E SEM QUALQUER RESSALVA - ANTE A ESPECIFICIDADE DO CASO, COMPETE**

AO JUÍZO UNIVERSAL AVALIAR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - PRECEDENTES DO STJ. 1. Tratando-se de crédito trabalhista constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial, está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005). 2. Ante a determinação de ato expropriatório genérico e sem ressalva determinado pelo magistrado trabalhista para a satisfação do crédito executado, compete ao juízo universal exercer o controle sobre atos de constrição patrimonial. Precedentes do STJ. 3. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial. (CC n. 129.720/SP, Relator para acórdão o Ministro Marco Buzzi, DJe de 20/11/2015)

Por essas razões, é de se concluir que, embora o crédito em comento, relacionado ao Processo n. 0104526-44.2016.8.05.0001, não se submeta aos efeitos do plano de recuperação judicial da suscitante, por se tratar de crédito extraconcursal, o Juízo da Recuperação deverá analisar a melhor forma de pagamento desse crédito, não sendo possível ao Juízo trabalhista determinar atos de constrição do patrimônio da suscitante de forma genérica, sob pena de se inviabilizar por completo o reerguimento da empresa.

Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a imediata suspensão dos atos executórios em relação à empresa suscitante, promovidos pelo Juízo de Direito da 17ª Vara do Sistema de Juizados Especiais do Consumidor de Salvador/BA, no bojo dos autos da ação n. 0104526-44.2016.8.05.0001, ficando designado Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes, inclusive acerca da liberação de eventuais valores bloqueados nas contas de titularidade da empresa suscitante.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações, no prazo de 10 (dez) dias. Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

